



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Produto: LARANJA PERA

PRODUTOR: Joaquim Silveira
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 333.333.333.333
ENDEREÇO: Rua Primeira, S/N - Bairro Matriz
São Paulo - SP
CEP: 33.333-000
LOCAL GEOGRÁFICO: -21.5333, -45.333
LOTE: JSLP100919
PESO LÍQUIDO: 20KG



RASTREABILIDADE PARA PRODUTOS VEGETAIS FRESCOS (INC Nº 02/2018)

“O SENAR-AR/SP está permanentemente
empenhado no aprimoramento profissional e
na promoção social, destacando-se a saúde
do produtor e do trabalhador rural.”

FÁBIO MEIRELLES

Presidente do Sistema FAESP-SENAR-AR/SP



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gestão 2016-2020

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente

EDUARDO LUIZ BICUDO FERRARO

Vice-Presidente

TIRSO DE SALLES MEIRELLES

Vice-Presidente

MARCIO ANTONIO VASSOLER

Vice-Presidente

MARCOS ANTÔNIO MAZETI

Diretor 1º Secretário

ADRIANA MENEZES DA SILVA

Diretor 2º Secretário

MARIA LÚCIA FERREIRA

Diretor 3º Secretário

LUIZ SUTTI

Diretor 1º Tesoureiro

PEDRO LUIZ OLIVIERI LUCCHESI

Diretor 2º Tesoureiro



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO ADMINISTRATIVO

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente

DANIEL KLÜPPEL CARRARA

Representante da Administração Central

ISAAC LEITE

Presidente da FETAESP

SÉRGIO ANTONIO EXPRESSÃO

Representante do Segmento das Classes Produtoras

ADRIANA MENEZES DA SILVA

Representante do Segmento das Classes Produtoras

MÁRIO ANTONIO DE MORAES BIRAL

Superintendente

SÉRGIO PERRONE RIBEIRO

Coordenador Geral Administrativo e Técnico



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



RASTREABILIDADE PARA PRODUTOS VEGETAIS FRESCOS (INC Nº 02/2018)

SÃO PAULO - 2019

IDEALIZAÇÃO

Fábio de Salles Meirelles

Presidente do Sistema FAESP-SENAR-AR/SP

SUPERVISÃO GERAL

Jair Kaczinski

Chefe da Divisão Técnica do SENAR-AR/SP

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Marco Antônio de Oliveira

Divisão Técnica do SENAR-AR/SP

AUTORES

Cláudio Silveira Brisolara - Engenheiro Agrônomo Doutorado em Economia Aplicada

Érica Monteiro de Barros - Engenheira Agrônomo Pós-Graduada em Agronegócio

Larissa Pereira do Amaral - Engenheira Agrônomo Mestrando em Economia Aplicada

COLABORADORES

Sindicato Rural de Mogi Mirim

DIAGRAMAÇÃO

Felipe Prado Bifulco

Diagramador do SENAR-AR/SP


Direitos Autorais: é proibida a reprodução total ou parcial desta cartilha, e por qualquer processo, sem a expressa e prévia autorização do SENAR-AR/SP.

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO.....	9
1. LEGISLAÇÃO APLICADA.....	9
2. RESPONSABILIDADES DOS AGENTES DA CADEIA PRODUTIVA.....	9
3. CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO.....	9
II - PRIORIDADES DO PRODUTOR RURAL	11
1. BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS.....	11
2. CADERNO DE CAMPO	12
3. IDENTIFICAÇÃO DO LOTE	14
4. RÓTULO NAS EMBALAGENS.....	16
5. NOTA FISCAL.....	18
III - FISCALIZAÇÃO.....	19
1. ATACADO E VAREJO	19
2. NA PROPRIEDADE RURAL.....	20
3. PENALIDADES PREVISTAS.....	20
4. RESUMO DAS INFORMAÇÕES.....	20
IV - ANEXOS.....	21
1. INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 2, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018	21
2. INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 1, DE 15 DE ABRIL DE 2019.....	25
3. MODELO DE CADERNO DE CAMPO.....	27
V - ANOTAÇÕES	33



APRESENTAÇÃO

 SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR-AR/SP, criado em 23 de dezembro de 1991, pela Lei nº 8.315, e regulamentado em 10 de junho de 1992, como Entidade de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, teve a Administração Regional do Estado de São Paulo criada em 21 de maio de 1993.

Instalado no mesmo prédio da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo - **FAESP, Edifício Barão de Itapetininga - Casa do Agricultor Fábio de Salles Meirelles**, o **SENAR-AR/SP** tem, como objetivo, organizar, administrar e executar, em todo o Estado de São Paulo, o ensino da Formação Profissional e da Promoção Social Rurais dos trabalhadores e produtores rurais que atuam na produção primária de origem animal e vegetal, na agroindústria, no extrativismo, no apoio e na prestação de serviços rurais.

Atendendo a um de seus principais objetivos, que é o de elevar o nível técnico, social e econômico do Homem do Campo e, conseqüentemente, a melhoria das suas condições de vida, o SENAR-AR/SP elaborou esta cartilha com o objetivo de proporcionar, aos trabalhadores e produtores rurais, um aprendizado simples e objetivo das práticas agro-silvo-pastoris e do uso correto das tecnologias mais apropriadas para o aumento da sua produção e produtividade.

Acreditamos que esta cartilha, além de ser um recurso de fundamental importância para os trabalhadores e produtores, será também, sem sombra de dúvida, um importante instrumento para o sucesso da aprendizagem a que se propõe esta Instituição.

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente do Sistema FAESP-SENAR-AR/SP

“PLANTE, CULTIVE E COLHA A PAZ”



I - INTRODUÇÃO

1. LEGISLAÇÃO APLICADA

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA publicaram a Instrução Normativa Conjunta – INC nº 02/2018, alterada pela INC nº 01/2019, que estabelece a obrigatoriedade de adoção de procedimentos de rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva dos produtos vegetais frescos (frutas e hortaliças), para fins de monitoramento e controle de resíduos de agrotóxicos exercidos pelos dois órgãos.

2. RESPONSABILIDADES DOS AGENTES DA CADEIA PRODUTIVA

As novas regras exigem que cada agente da cadeia produtiva mantenha registrado um conjunto de informações mínimas obrigatórias, de modo a permitir identificar todo o caminho percorrido pelas frutas e hortaliças, da ORIGEM ao DESTINO, desde a propriedade em que foram produzidas até sua chegada ao consumidor (Figura 1).

Figura 1. Fluxograma da rastreabilidade da cadeia produtiva de frutas e hortaliças.



Fonte: Elaborado pelo Departamento Econômico da FAESP.

A rastreabilidade deve ser assegurada por cada agente da cadeia produtiva de produtos vegetais frescos nas respectivas etapas sob sua responsabilidade.

A sua adoção, portanto, é obrigatória e tem abrangência nacional, ou seja, deve-se fazer cumprir em todo o território nacional.

3. CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO

O prazo para implementação da rastreabilidade é gradual, por grupo de culturas, e está dividido em duas etapas, em função do escalonamento das exigências (Quadro 1).

O cumprimento da 1ª Etapa está em andamento para as culturas de citros, maçã, uva, batata, alface, repolho, tomate e pepino, sendo que a exigência do registro dos insumos utilizados em caderno de campo e o arquivo dos receiptuários agrônômicos e Notas Fiscais

de compras deverá ocorrer a partir do cronograma definido na 2ª Etapa, que vale a partir de 1º de agosto de 2019.

Para o segundo grupo de culturas, temos a 1ª Etapa obrigatória, a partir de 1º agosto de 2019, enquanto que a 2ª Etapa começará a valer em 1º de agosto de 2020.

Para o terceiro grupo, a 1ª Etapa inicia-se em 1º agosto de 2020, com todas as regras da rastreabilidade vigorando a partir de 1º de agosto de 2021.

Quadro 1. Cronograma de adequação às normas de rastreabilidade por cadeia produtiva.

ETAPA	PRAZO	Frutas	Raízes, tubérculos e bulbos	Hortaliças folhosas e ervas aromáticas frescas	Hortaliças não folhosas
1ª ETAPA	Imediato				
		Citros, maçã, uva	Batata	Alface, repolho	Tomate, pepino
2ª ETAPA	01/08/2019				
1ª ETAPA	01/08/2019	Melão, morango, coco, goiaba, caqui, mamão, banana, manga	Cenoura, batata doce, beterraba, cebola, alho	Couve, agrião, almeirão, brócolis, chicória, couve-flor	Pimentão, abóbora, abobrinha
2ª ETAPA	01/08/2020				
1ª ETAPA	01/08/2020	Abacate, abacaxi, anonáceas, cacau, cupuaçu, kiwi, maracujá, melancia, romã, açaí, acerola, amora, ameixa, caju, carambola, figo, framboesa,	Cará, gengibre, inhame, mandioca, mandioquinha-salsa, nabo, rabanete, batata	Couve chinesa, couve de bruxelas, espinafre, rúcula, alho poró, cebolinha, coentro, manjerição, salsa, erva-doce, alecrim, aipo, estragão, manjerona, sálvia, hortelã, orégano, mostarda, acelga, aspargos	Berinjela, chuchu, jiló, maxixe, pimenta, quiabo
2ª ETAPA	01/08/2021	marmelo, nectarina, nêspera, pera, pêssego, pitanga, mirtilo	vacon		

Fonte: Anexo III da INC nº 02/18, alterado pela INC nº 01/19 elaborado pelo Departamento Econômico da FAESP.

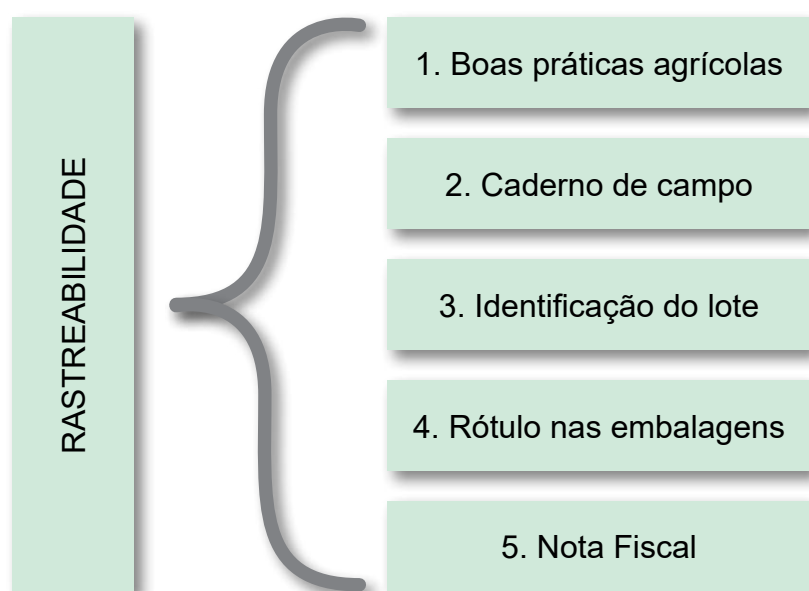
II - PRIORIDADES DO PRODUTOR RURAL

A rastreabilidade reforça a importância da adoção de práticas gerenciais na propriedade rural, do planejamento e organização da produção, de forma a auxiliar o produtor na manutenção do controle dos registros obrigatórios exigidos pela INC nº 02/18.

O produtor rural deve ficar atento ao cronograma (Quadro 1) e às cinco prioridades listadas na Figura 2, a fim de não sofrer punições, como ser advertido, multado ou até impedido de comercializar os seus produtos, em uma eventual ação de fiscalização.

Essas cinco atividades irão ajudar no controle das informações mínimas exigidas, respondendo as perguntas da rastreabilidade de identificação dos responsáveis ao longo da cadeia produtiva de frutas e hortaliças: quem (ORIGEM), o que (PRODUTO), quando e como produziu (DATA E MANEJO), para quem vendeu (DESTINO).

Figura 2. Prioridades de adequação à rastreabilidade pelo produtor rural.



Fonte: Elaborado pelo Departamento Econômico da FAESP.

1. BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS

As novas disposições têm como objetivo auxiliar as atividades de monitoramento e controle de resíduos de agrotóxicos, exercidas pelo MAPA e ANVISA, que investigam em frutas e hortaliças a presença de resíduos acima do limite permitido, proibidos ou não autorizados para a cultura.

Através da rastreabilidade será possível identificar a origem dos alimentos produzidos em desacordo com as boas práticas agrícolas, de forma a propor a correção da causa do problema, a partir do ponto onde ela ocorreu.

Assim, é importante a atenção do produtor rural aos seguintes pontos:

- Adote o manejo integrado e preventivo de pragas e doenças.
- Atenda as recomendações do Responsável Técnico.
- Respeite o uso seguro e a correta forma de aplicação, dose, volume de calda e período de carência dos agroquímicos.
- Utilize agrotóxicos registrados para a sua cultura.
- Arquive as Notas Fiscais de compra dos insumos e os receituários agronômicos, por 18 meses..

Fonte: Elaborado pelo Departamento Econômico da FAESP.

2. CADERNO DE CAMPO

A manutenção de um caderno de campo, para anotação de todas as atividades realizadas na lavoura, é uma prática que tem sido adotada em grande parte das propriedades rurais e que auxilia o produtor rural no gerenciamento de sua produção, conferindo mais transparência e organização ao processo, além de reduzir os custos.

Na produção de frutas e hortaliças, por conta das regras de rastreabilidade, essa prática tornou-se obrigatória para registrar os insumos agrícolas e tratamentos fitossanitários utilizados, bem como para o registro de informações sobre o produto e seu destino (Quadro 2).

Quadro 2. Informações do caderno de campo e documentos obrigatórios.

CADERNO DE CAMPO	
1. Informações sobre a Propriedade e o Produtor Rural	<ul style="list-style-type: none"> • Nome ou razão social do produtor rural • Inscrição Estadual – IE, CPF ou CNPJ • Endereço completo, Coordenada geográfica ou CCIR – Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (INCRA) • Identificação do Responsável Técnico
2. Informações sobre o produto vegetal	<ul style="list-style-type: none"> • Numerar e identificar glebas • Produto, variedade ou cultivar • Área, data e safra de plantio • Identificação do lote formado • Quantidade do produto expedido • Data de expedição e destino dos lotes
3. Informações sobre Insumos Agrícolas e Tratamentos Fitosanitários	<ul style="list-style-type: none"> • Tratos culturais realizados, por lote (plantio, colheita e pós-colheita) • Tratamentos fitossanitários realizados, por lote (plantio, colheita e pós-colheita) <ul style="list-style-type: none"> • Receituário Agronômico • Recomendação Técnica • Data de aplicação • Área e/ou gleba tratada
4. Informações sobre o comprador	<ul style="list-style-type: none"> • Nome ou razão social • CPF, IE ou CNPJ ou CGC/MAPA • Endereço completo, Coordenada geográfica ou CCIR – Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (INCRA)
DOCUMENTOS PARA SEREM MANTIDOS E ARQUIVADOS	
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Recomendação técnica e receituário agronômico</u> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Em conformidade ao utilizado para compra do agroquímico e registrado no GEDAVE</u> • Nota Fiscal de compra dos insumos (agroquímicos) • Nota Fiscal de venda dos produtos (frutas e hortaliças) 	

Fonte: Elaborado pelo Departamento Econômico da FAESP.

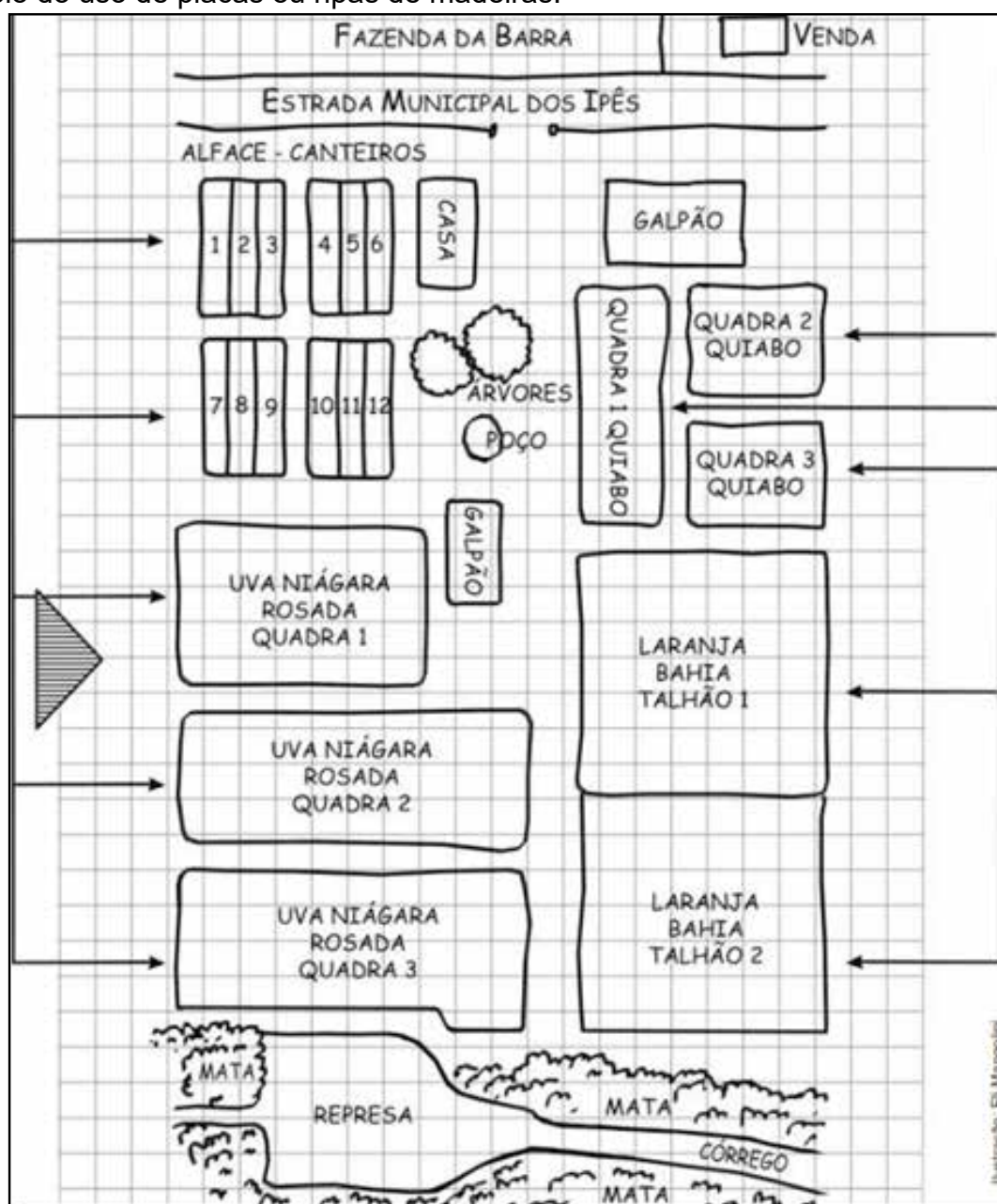
2.1. COMO PREENCHER O CADERNO DE CAMPO

Cada produtor pode criar o seu próprio modelo de caderno de campo, de acordo com a necessidade de sua produção. O importante é que ele contenha as informações mínimas exigidas pela INC nº 02/18, obrigatórias, que irão permitir identificar a ORIGEM (produtor), o PRODUTO, o MANEJO adotado e o DESTINO (comprador).

Pode-se adotar um modelo em papel, em planilhas ou sistemas eletrônicos (programas para computadores ou aplicativos para celulares).

No modelo de caderno de campo, em papel, sugerido no item 5.3 deste material, foram definidos cinco passos para orientar o correto preenchimento pelo produtor, conforme segue:

1º PASSO: elabore um croqui da propriedade, dividindo, identificando e numerando individualmente cada área de cultivo (em talhões, quadras, canteiros, glebas ou parcelas), por meio do uso de placas ou ripas de madeiras.



Fonte: Ilustração de Eli Mangoni – CATI/CECOR, extraída da cartilha prática sobre rastreabilidade e rotulagem para o produtor rural (CATI-SAA/SP, 2018).

2º PASSO: na tabela REGISTRO DOS TRATOS CULTURAIS, preencha a cultura (nome do produto vegetal), variedade/cultivar, área e data de plantio e o talhão/quadra/canteiro/gleba, de acordo com o croqui elaborado da propriedade. Em seguida, entre com as informações dos tratos culturais: tipo (adubação, subsolagem, podas, aplicação de calcário, aplicação de cobertura morta, desbastes e outras), forma de aplicação, quantidade aplicada e data de aplicação.

3º PASSO: na tabela REGISTRO DA APLICAÇÃO DE AGROQUÍMICOS, preencha o nome do produto vegetal, variedade/cultivar, área e data de plantio e o talhão/quadra/canteiro/gleba, de acordo com o croqui elaborado da propriedade.

Em seguida, anote o nome comercial do produto aplicado, a dose recomendada, o período de carência, a data de aplicação e o número do Receituário Agrônomo.

4º PASSO: na tabela REGISTRO DA COLHEITA, preencha a cultura, a sua variedade, o talhão/quadra/canteiro/gleba de origem, data da colheita, área e quantidade colhida.

ATENÇÃO: Lotes são formados e identificados a partir de produtos provenientes da mesma área e que receberam os mesmos tratamentos fitossanitários.

Em seguida, preencha o número de lote formado, a quantidade comercializada (por unidade de produto presente na embalagem, venda a granel ou o número de embalagens individuais colocadas na embalagem), data de embalagem, data de expedição e o comprador.

Como sugestão, crie um número de identificação (ID) para cada comprador.

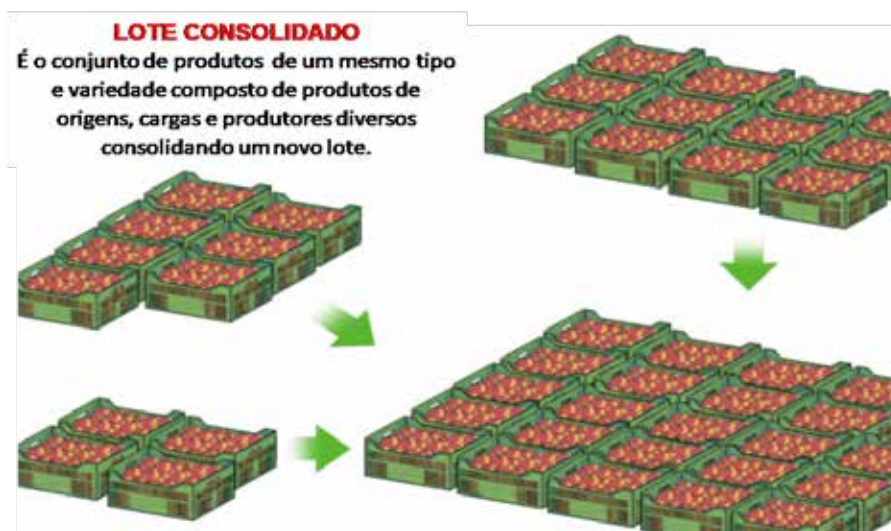
5º PASSO: na FICHA DE VENDA, preencha as informações do comprador, nome ou razão social, número de CNPJ ou Inscrição Estadual, endereço completo, telefone e email de contato.

Logo depois, preencha o número dos lotes vendidos, o nome do produto (variedade e cultivar), sua quantidade (por unidade de produto comercializada na embalagem, venda a granel ou número de embalagens individuais do produto na embalagem), a data de venda e o número da Nota Fiscal de Venda do produtor.

3. IDENTIFICAÇÃO DO LOTE

Para garantir a rastreabilidade da sua produção, o produtor rural deve identificar seus produtos por lotes, atentando-se as seguintes definições de lote e lote consolidado (Figura 3).





Fonte: Ilustração extraída da palestra de frutas e hortaliças “in natura”, itens 2.10 e 2.11 da Res. SESA Nº 748/144 (FAEP, 2019).

Desta forma, todos os produtos de mesma espécie ou cultivar que receberam os mesmos tratamentos e foram plantados e colhidos em períodos iguais, poderão constituir um lote.

A INC nº 02/18 não define um padrão para identificação de lotes, mas o ideal é utilizar caracteres alfanuméricos que identifiquem de maneira única cada um dos lotes existentes, desde o campo de produção até a etapa de seleção e embalagem (Figura 4).

O produtor pode optar em constituir um lote único ou um lote individualizado (gerar diferentes códigos, um por dia, por semana, por quinzena). A decisão dependerá do que lhe for mais conveniente e prático para se adaptar a característica da sua produção e condição dos compradores. Todavia, vale destacar que as penalidades são aplicadas no lote averiguado a inconformidade.

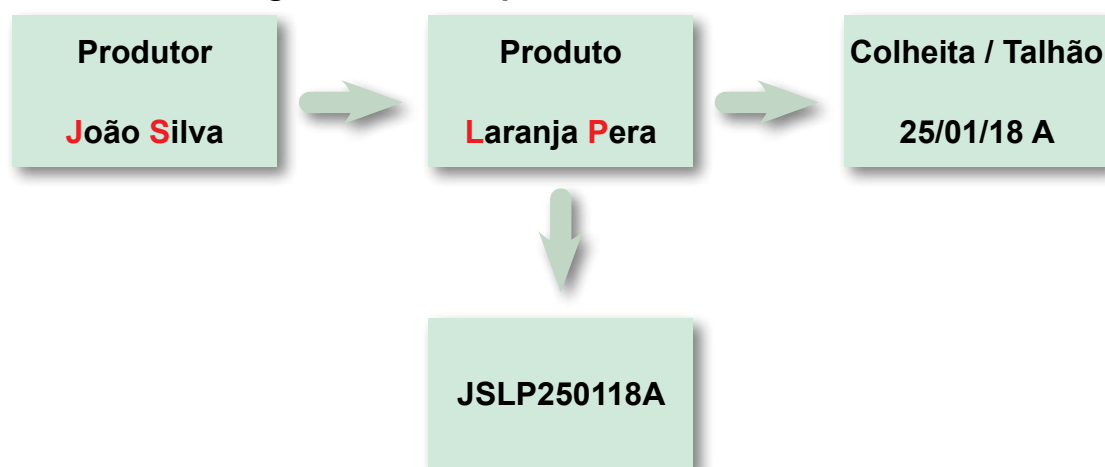
Figura 4. Fluxograma de identificação dos lotes de produção.



Fonte: Elaborado pelo Departamento Econômico da FAESP.

Os caracteres podem ser obtidos a partir de dados e valores de referência (Figura 5). Como exemplo, utilize as iniciais do nome e sobrenome do produtor, as iniciais do nome do produto e da sua variedade, a data de colheita e o número do talhão, através de um carimbo rotativo.

Figura 5. Modelo para identificação de lote.



Fonte: Elaborado pelo Departamento Econômico da FAESP.

Todos os lotes formados na propriedade deverão ser identificados, relacionados aos compradores e registrados, por meio de caderno de campo impresso ou eletrônico, que deve ficar disponível para verificação em caso de fiscalização. Obrigatoriamente, o número dos lotes deverá ainda constar no rótulo das embalagens e na Nota Fiscal de venda do Produtor.

LEMBRE-SE! A área de cultivo deve estar previamente dividida e identificada (utilize datas e letras em ripas ou placas de madeiras), de maneira a permitir individualizar os lotes a serem formados, em função da data de colheita e condução do manejo, como sugestão.

4. RÓTULO NAS EMBALAGENS

É obrigatória a rotulagem dos produtos e/ou de suas embalagens. A INC nº 02/18 não define um formato padrão ou modelo de rótulo.

É exigida uma identificação, que pode ser feita por meio do uso de etiquetas, código de barras, QR Code ou qualquer outro sistema que permita identificar as informações de **ORIGEM** e **DESTINO** dos produtos, de forma única e inequívoca.

O produtor rural deve optar pelo método de identificação mais adequado as suas condições, desde que garantidas às informações necessárias para a rastreabilidade dos produtos (Quadro 3). Ele poderá elaborar a sua etiqueta e imprimi-la, atentando-se para que ela seja escrita legível e disposta na embalagem ou no produto, em local de fácil visualização.

Quadro 3. Informações mínimas obrigatórias no rótulo.

INFORMAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS NO RÓTULO	
• Nome ou razão social do produtor rural	
• Inscrição Estadual, CPF ou CNPJ Rural	
• Endereço completo ou Coordenada Geográfica ou N° CCIR (INCRA)	
• Nome, variedade/cultivar do produto	
• Quantidade do produto	
• Identificação do lote	

Fonte: Elaborado pelo Departamento Econômico da FAESP.

A norma não exige e nem proíbe a identificação do código de barras ou QR-Code na embalagem, contudo, questões comerciais podem impelir o produtor rural a contratar sistemas de certificação de rastreabilidade ou a utilizar o código de barra ou QR-Code. O uso desses dispositivos, todavia, não substitui a exigência da rotulagem (Figura 6).



Fonte: Elaborado pelo Departamento Econômico da FAESP.

A Figura 7 apresenta um modelo simplificado de rótulo, contendo as **informações mínimas exigidas** pela rastreabilidade e que pode ser utilizado pelos produtores rurais para afixar nas caixas e sacarias ou na embalagem plástica individual que, porventura, envolva o produto. Em vendas, a informação do rótulo pode se grampeada junto a Nota Fiscal do Produtor.

ATENÇÃO: A coordenada geográfica pode ser obtida através de aplicativos de celular, no computador (abrindo Google Maps) ou na informação presente no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Figura 7. Modelo de rótulo para embalagens de frutas e hortaliças.



Fonte: Elaborado pelo Departamento Econômico da FAESP.

5. NOTA FISCAL

A comercialização deve ocorrer acompanhada de Nota Fiscal de Produtor, em papel, ou Nota Fiscal Eletrônica, ou outro documento fiscal válido, corretamente preenchido, sem rasuras e com a correta descrição dos produtos, número dos lotes formados e dados do comprador.

III - FISCALIZAÇÃO

1. ATACADO E VAREJO

A fiscalização no atacado e propriedades rurais ficará a cargo do MAPA, enquanto que, no varejo a competência é das vigilâncias federais, estaduais ou municipais (Quadro 4).

Na 1ª Etapa de adequação às normas de rastreabilidade (Quadro 1), a fiscalização irá verificar no atacado e no varejo, o registro das informações obrigatórias para identificação da **ORIGEM** e **DESTINO** dos lotes de produtos, o documento fiscal correspondente e se as embalagens dos produtos estão corretamente identificadas e rotuladas.

Na 2ª Etapa, quando a vigência da rastreabilidade será plena, os fiscais irão coletar amostras de produtos para análise de resíduos de agrotóxicos, passando a exigir, neste momento, do produtor rural, em campo, além do registro das informações de origem e destino, a identificação dos lotes e apresentação das Notas fiscais de Venda, o registro dos insumos e pulverizações realizados m caderno de campo, o arquivo dos receiptuários agrônômicos e Notas Fiscais de compras dos insumos.

Quadro 4. Responsáveis e locais de fiscalização da rastreabilidade de frutas e hortaliças.

QUEM	ONDE	QUANDO
MAPA	<ul style="list-style-type: none">- Produtores rurais- Packing houses- Casas de embalagens- Beneficiadores ou manipuladores- Cooperativas- Centros de distribuição- Armazenadores- Atacadistas- Importadores- Consolidadores	<ul style="list-style-type: none">- Execução das ações do PNCRC Vegetal- Ações de fiscalização para fins de investigação das não conformidades identificadas no PNCRC Vegetal- Ações de fiscalização para fins de investigação das não conformidades recebidas através do Sistema RASFF- Ações de fiscalização programadas no Plano Operativo Anual de Inspeção Vegetal- Ações de fiscalização (força tarefa) da rastreabilidade
ANVISA (vigilâncias estaduais e municipais)	<ul style="list-style-type: none">- Varejistas- Supermercados- Mini mercados- Restaurantes- Serviços de alimentação- Feirantes	<ul style="list-style-type: none">- Execução das ações do PARA- Ações de fiscalização (força tarefa) da rastreabilidade

Fonte: Elaborado pelo Departamento Econômico da FAESP.

2. NA PROPRIEDADE RURAL

A fiscalização na propriedade rural deverá ocorrer quando, em alguma etapa posterior à produção ao longo da cadeia produtiva, forem identificados produtos em **desacordo às boas práticas agrícolas** (alimentos com níveis de resíduos acima do limite permitido, proibidos ou não autorizados para a cultura) e à **rotulagem dos produtos ou embalagens**.

O fiscal irá exigir a apresentação dos seguintes documentos:

- Caderno de campo
- Controle dos lotes e compradores
- Receituários agronômicos e recomendações técnicas
- Nota Fiscal de venda das frutas
- Nota Fiscal de compra dos insumos
- Referentes aos 18 meses anteriores

Fonte: Elaborado pelo Departamento Econômico da FAESP.

3. PENALIDADES PREVISTAS

Aqueles que descumprirem as regras de rastreabilidade estarão sujeitos às seguintes penalidades previstas na Lei nº 6.437/77, Lei nº 7.802/89, Decreto nº 6.268/07 e INC nº 02/18:

- Multa
- Interdição do estabelecimento
- Apreensão, condenação, inutilização do produto
- Processo administrativo e civil, por danos a terceiros
- Processo penal e crime ambiental (produzir em desacordo com as especificações da bula do produto)

Fonte: Elaborado pelo Departamento Econômico da FAESP.

4. RESUMO DAS INFORMAÇÕES

OBRIGAÇÕES DO PRODUTOR RURAL:

- REGISTRAR no Caderno de Campo o uso de adubos e defensivos
- ARQUIVAR os Receituários Agronômicos e Recomendações Técnicas
- ARQUIVAR as NF de compra dos insumos (GEDAVE Agrotóxicos)
- Na colheita, identificar os lotes de produção (GERAR nº de lote)
- Para cada lote de produção, REGISTRAR o comprador
- ROTULAR as embalagens
- EMITIR e ARQUIVAR Nota Fiscal de Produtor

Fonte: Elaborado pelo Departamento Econômico da FAESP.

IV - ANEXOS

1. INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 2, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA E O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das suas respectivas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, na Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, na Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, resolvem:

Art. 1º Ficam definidos os procedimentos para a aplicação da rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva de produtos vegetais frescos destinados à alimentação humana, para fins de monitoramento e controle de resíduos de agrotóxicos, em todo o território nacional, na forma desta Instrução Normativa Conjunta e dos seus Anexos I a III. Parágrafo único. Esta Instrução Normativa Conjunta se aplica aos entes da cadeia de produtos vegetais frescos nacionais e importadas quando destinadas ao consumo humano.

Art. 2º Para efeito desta Instrução Normativa Conjunta são adotadas as seguintes definições:

- I- Cadastro Geral de Classificação (CGC/MAPA): procedimento administrativo para registro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das pessoas físicas ou jurídicas processadoras, beneficiadoras, industrializadoras e embaladoras de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico padronizados sujeitos à classificação, e das pessoas físicas ou jurídicas autorizadas a executar a classificação desses produtos;
- II- Cadeia produtiva de produtos vegetais frescos: fluxo da origem ao consumo de produtos vegetais frescos abrangendo as etapas de produção primária, armazenagem, consolidação de lotes, embalagem, transporte, distribuição, fornecimento, comercialização, exportação e importação;
- III- Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR): documento emitido pelo INCRA, que constitui prova do cadastro do imóvel rural, sendo indispensável para desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda o imóvel rural e para homologação de partilha amigável ou judicial;
- IV- Consumidor: toda pessoa física ou jurídica que adquire produtos vegetais frescos como destinatário final;
- V- Ente: toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que desenvolve atividades na cadeia produtiva de produtos vegetais frescos em território brasileiro;
- VI- Insumos agrícolas: todo fator de produção utilizado com o objetivo de garantir a nutrição e a proteção dos vegetais cultivados, de forma a melhorar a produtividade da lavoura e obter um produto final de boa qualidade;

- VII- Lote: conjunto de produtos vegetais frescos de uma mesma espécie botânica e variedade ou cultivar, produzidos pelo mesmo produtor, em um espaço de tempo determinado e sob condições similares;
- VIII- Lote consolidado: lote oriundo de dois ou mais lotes de origens diferentes;
- IX- Produto vegetal fresco: frutas, hortaliças, raízes, bulbos e tubérculos, embalado ou não, destinado à comercialização para o consumo, após os procedimentos de colheita e pós-colheita, cujo estado de apresentação mantém as características de identidade e qualidade do produto vegetal fresco;
- X- Produtor primário: pessoa física ou jurídica que tem como atividade econômica a produção e comercialização de produtos vegetais frescos;
- XI- Rastreabilidade: conjunto de procedimentos que permite detectar a origem e acompanhar a movimentação de um produto ao longo da cadeia produtiva, mediante elementos informativos e documentais registrados;
- XII- Receituário agrônomo: documento contendo a prescrição e orientação técnica para utilização de agrotóxico ou afim, emitido por profissional legalmente habilitado;
- XIII- Registros: conjunto de elementos informativos e documentais, impressos ou eletrônicos, mantidos pelos entes da cadeia produtiva de produtos vegetais frescos que assegurem as informações obrigatórias, visando a rastreabilidade;
- XIV- Tratamento fitossanitário: procedimentos fitossanitários adotados nas etapas de produção e de pós-colheita dos vegetais para o controle de pragas;
- XV- Unidade de consolidação: o local onde a pessoa física ou jurídica recebe lotes de produtos vegetais frescos de diferentes origens para formar um ou mais lotes consolidados; e
- XVI- Variedade ou cultivar: produtos de mesma espécie botânica que podem ser agrupados por suas características semelhantes.

Art. 3º A rastreabilidade de que trata esta Instrução Normativa Conjunta será fiscalizada pelos serviços de Vigilância Sanitária e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), de acordo com as competências estabelecidas na Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999 e nas Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 e nº 9.972, de 25 de maio de 2000, respectivamente, ou outras que vierem a substituí-las.

Art. 4º. A rastreabilidade deve ser assegurada por cada ente da cadeia produtiva de produtos vegetais frescos em todas as etapas sob sua responsabilidade.

Parágrafo único. Os registros que assegurem a rastreabilidade devem conter, no mínimo, as informações obrigatórias dispostas nos Anexos I e II desta Instrução Normativa Conjunta, nos seguintes casos:

I - nos estabelecimentos que compõem a etapa de produção;

II - nos estabelecimentos que beneficiam ou manipulam produtos vegetais frescos; e

III - nas demais etapas da cadeia produtiva (transporte, armazenamento, consolidação e comercialização).

Art. 5º Cada ente deve manter, no mínimo, registros das informações obrigatórias dispostas nos Anexos I e II desta Instrução Normativa Conjunta e a nota fiscal ou documento correspondente, de forma a garantir a identificação do ente imediatamente anterior e posterior da cadeia produtiva e dos produtos vegetais frescos recebidos e expedidos.

Art. 6º Os produtos vegetais frescos, ou seus envoltórios, suas caixas, sacarias e demais embalagens devem estar devidamente identificados de forma a possibilitar o acesso, pelas autoridades competentes, aos registros com as informações obrigatórias e documentais em conformidade com o art. 5º, observadas as legislações específicas sobre embalagens e rotulagem de produtos destinados à alimentação humana.

§ 1º A identificação de que trata o caput pode ser realizada por meio de etiquetas impressas com caracteres alfanuméricos, código de barras, QR Code, ou qualquer outro sistema que permita identificar os produtos vegetais frescos de forma única e inequívoca.

§ 2º O detentor do produto comercializado a granel, no varejo, deve apresentar à autoridade competente informação relativa ao nome do produtor ou da unidade de consolidação e o nome do país de origem.

Art. 7º Na formação do lote consolidado, as unidades de consolidação e os estabelecimentos que beneficiam ou manipulam produtos vegetais frescos deverão manter registros das informações obrigatórias, dispostas no Anexo I e II desta Instrução Normativa Conjunta, para todos os lotes que deram origem ao lote consolidado, assim como a sua data de formação.

Art. 8º O produtor primário e as unidades de consolidação, deverão manter os registros dos insumos agrícolas, relativos a etapa da cadeia produtiva sob sua responsabilidade, utilizados no processo de produção e de tratamento fitossanitário dos produtos vegetais frescos, data de sua utilização, recomendação técnica ou receituário agrônomo emitido por profissional competente e a identificação do lote ou lote consolidado correspondente.

Art. 9º Os registros das informações de que tratam esta Instrução Normativa Conjunta deverão ser mantidos à disposição das autoridades competentes por um período de 18 (dezoito) meses após o tempo de validade ou de expedição dos produtos vegetais frescos.

Art. 10. O descumprimento dos termos desta Instrução Normativa Conjunta sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº. 6.437, de 20 de agosto de 1977, e na Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, cuja incidência se dará independentemente de outras infrações administrativas, civis e penais previstas na legislação ordinária.

Art. 11. Esta Instrução Normativa Conjunta entra em vigor nos prazos estabelecidos no Anexo III, contados de sua publicação oficial.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL
Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento

ANEXO I: Informações obrigatórias do ente anterior na cadeia produtiva a serem registradas e arquivadas.

1 – Informações sobre o Produto Vegetal:	
1.1 – Nome do produto vegetal:	1.2 – Variedade ou cultivar:
1.3 – Quantidade do produto recebido:	1.4 – Identificação do lote:
1.5 -Data de recebimento do produto vegetal:	
2 – Informações do Fornecedor:	
2.1 – Nome ou Razão social:	2.2 – CPF, IE ou CNPJ ou CGC/MAPA:
2.3 – Endereço Completo, ou quando localizado em zona rural, coordenada geográfica ou CCIR:	

ANEXO II: Informações obrigatórias do ente posterior na cadeia produtiva a serem registradas e arquivadas.

1 – Informações sobre o Produto Vegetal:	
1.1 – Nome do produto:	1.2 – Variedade ou cultivar:
1.3 – Quantidade do produto expedido:	1.4 – Identificação do lote:
1.6 -Data de expedição do produto vegetal:	
2 – Informações do Comprador:	
2.1 – Nome ou Razão social:	2.2 – CPF, IE ou CNPJ ou CGC/MAPA:
2.3 – Endereço Completo, ou quando localizado em zona rural, coordenada geográfica ou CCIR:	

ANEXO III: Prazo para implementação da Rastreabilidade em diferentes cadeias produtivas.

Grupos	180 (dias)	360 (dias)	720 (dias)
Frutas	Citros, Maçã, Uva	Melão, Morango, Coco, Goiaba, Caqui, Mamão, Banana, Manga	Abacate, Abacaxi, Anonáceas, Cacau, Cupuaçu, Kiwi, Maracujá, Melancia, Romã, Açaí, Acerola, Amora, Ameixa, Caju, Carambola, Figo, Framboesa, Marmelo, Nectarina, Nêspera, Pêssego, Pitanga, Pêra, Mirtilo
Raízes, tubérculos e bulbos	Batata	Cenoura, Batata doce, Beterraba, Cebola, Alho	Cará, Gengibre, Inhame, Mandioca, Mandioquinha-salsa, Nabo, Rabanete, Batata yacon
Hortaliças folhosas e ervas aromáticas frescas	Alface, Repolho	Couve, Agrião, Almeirão, Brócolis, Chicórea, Couve-flor	Couve chinesa, Couve-de-bruxelas, Espinafre, Rúcula, Alho Porro, Cebolinha, Coentro, Manjerição, Salsa, Erva-doce, Alecrim, Estragão, Manjerona, Salvia, Hortelã, Orégano, Mostarda, Acelga, Repolho, Couve; Aipo; Aspargos
Hortaliças não folhosas	Tomate, Pepino	Pimentão, Abóbora, Abobrinha	Berinjela, Chuchu, Jiló, Maxixe, Pimenta, Quiabo

2. INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 1, DE 15 DE ABRIL DE 2019

O Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e o Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA no uso das suas respectivas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, na Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, na Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, Resolvem:

Art. 1º O anexo III da Instrução Normativa Conjunta INC nº 2, de 7 de fevereiro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

ANEXO III: Data de início do cumprimento das exigências constantes na presente Instrução Normativa Conjunta e seus anexos para diferentes grupos de cadeias produtivas.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL
Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ANEXO

Vigência	Rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva, exceto o disposto no Art. 8º	Vigência plena para o grupo	Rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva, exceto o disposto no Art. 8º	Vigência plena para o grupo	Rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva, exceto o disposto no Art. 8º	Vigência plena para o grupo
Grupos	Imediata	01/08/2019	01/08/2019	01/08/2020	01/08/2020	01/08/2021
Frutas	Citros, Maçã, Uva		Melão, Morango, Coco, Goiaba, Caqui, Mamão, Banana, Manga		Abacate, Abacaxi, Anonáceas, Cacao, Cupuaçu, Kiwi, Maracujá, Melancia, Romã, Açaí, Acerola, Amora, Ameixa, Caju, Carambola, Figo, Framboesa, Marmelo, Nectarina, Nêspera, Pêssego, Pitanga, Pera e Mirtilo	
Raízes, tubérculos e bulbos	Batata		Cenoura, Batata doce, Beterraba, Cebola, Alho		Cará, Gengibre, Inhame, Mandioca, Mandioquinha- salsa, Nabo, Rabanete, Batata yacon	
Hortaliças folhosas e ervas aro- máticas frescas	Alface, Repolho		Couve, Agrião, Almeirão, Brócolis, Chicórea, Couve-flor		Couve chinesa, Couve-de- bruxelas, Espinafre, Rúcula, Alho Porro, Cebolinha, Coentro, Manjerição, Salsa, Erva- doce, Alecrim, Estragão, Manjerona, Salvia, Hortelã, Orégano, Mostarda, Acelga, Aipo; Aspargos	
Hortaliças não folhosas	Tomate, Pepino		Pimentão, Abóbora, Abobrinha		Berinjela, Chuchu, Jiló, Maxixe, Pimenta, Quiabo	

3. MODELO DE CADERNO DE CAMPO

CADERNO DE CAMPO (INC Nº 02/2018)

PROPRIEDADE RURAL: _____

NOME DO PRODUTOR RURAL: _____

CNPJ DO PRODUTOR RURAL: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

COORDENADA GEOGRÁFICA: _____

TAMANHO DA PROPRIEDADE: _____

ANO-SAFRA: _____

RESPONSÁVEL TÉCNICO: _____

1 - CROQUI DA PROPRIEDADE

[illegible]

2 - REGISTRO DOS TRATOS CULTURAIS

Produto vegetal:
Variedade ou cultivar:
Área de plantio:
Data de plantio:

[illegible]

3 - REGISTRO DA APLICAÇÃO DOS AGROQUÍMICOS

Produto vegetal:
Variedade ou cultivar:
Área de plantio:
Data de plantio:

[illegible]

4 - REGISTRO DA COLHEITA

Produto vegetal:
Variedade ou cultivar:
Talhão/Quadra/Gleba/Canteiro/Bancada de origem:
Data de colheita:
Área colhida:
Quantidade colhida:

[illegible]

5 - FICHA DE VENDA

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR (ID):
Nome ou razão social:
CPF, IE ou CNPJ ou CGC/MAPA:
Endereço:
Cidade/Estado:
Telefone:

[illegible]

V - ANOTAÇÕES

V - ANOTAÇÕES



SENAR-AR/SP
Rua Barão de Itapetininga, 224
CEP: 01042-907 - São Paulo/SP
www.faespsenar.com.br